

ATA Nº 05/2026 - 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Aos 30 (trinta) dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, os conselheiros: Adriano Martins Xavier; Ana Lucia Rodrigues; Ana Paula Rocha de Azevedo; Carolline Pereira de Araujo Maia; Clayton Hepp Graebin; Daniela Medeiros de Oliveira; Denise Dondoni Hoelzer; Fabiano Setim; Fernanda Igerski; Isabela dos Santos Coelho; Juliana Canassa; Juliana Valli M. Criminácio; Leila Gonçalves de Carvalho; Lucinéia Mianis de Carvalho; Marilette Kuhnen; Marinês Gabriela C. Jarek; Maristela do Rocio Dittert; Rodrigo Cristiano de Oliveira; Tainã Miranda Vidon e Vilma Pissaia da Cruz. Sob a presidência da Conselheira Carolline Pereira de Araújo Maia, reuniram para a 3ª reunião ordinária do Conselho Pleno, tendo como pauta: **1** – Abertura da Sessão Plenária; **1.1** - Verificação do quórum, faltas justificadas e injustificadas; **1.2** – Aprovação da Ata; **2** – Reorganização das Câmaras; **3** -Lei de Sistemas; **4**–Comissão de eleição: Ensino Superior e Pais de alunos da Rede Pública; **5** – CalendárioPátio Educar; **6** – Correspondências; **7**– Correspondências recebidas.

A Presidente Carolline inicia a reunião cumprimentando a todos, em seguida informa que, embora a pauta seja curta, há alguns pontos importantes. A Presidente agradece a participação de todos e destaca a conferência recente, elogiando especialmente a palestra da professora Elizângela Scaff, que foi clara, objetiva e relevante sobre políticas públicas e o plano educacional. Também reforça o convite para a palestra no dia 15 de maio, às 14h, na Câmara, sobre financiamento da educação. Pede que os interessados confirmem presença, pois há limite de vagas. A palestrante, Simoni, é experiente na área, com trajetória na educação e conhecimento prático da realidade municipal, o que deve enriquecer o encontro. Por fim, ressalta a importância de os conselheiros participarem e se apropriarem do tema, já que o financiamento da educação é fundamental para entender, acompanhar e cobrar as políticas públicas no município. Dando seguimento a pauta a Presidente Carolline coloca que sobre a ata anterior, houve somente um apontamento do Conselheiro Adriano, e comenta sobre a dificuldade em ouvir o audio da reunião anterior, então pede para que os Conselheiros fiquem mais próximos para registrar melhor as falas. A presidente Carolline pergunta se todos aprovam a ata. Ninguém se manifestou contra a aprovação. Na Sequência da pauta, foi apresentada a necessidade de reorganização das câmaras do Conselho, em razão da saída de alguns conselheiros e da entrada de novos membros, conforme recentes nomeações. Destacou-se que cada câmara deve ser composta por cinco conselheiros, porém há dificuldades quanto à participação e presença, devido ao quórum mínimo. Discutiu-se a forma de composição do Conselho, ressaltando que, anteriormente, buscava-se incluir representantes de diferentes divisões e departamentos, o que facilitava o encaminhamento das demandas. Contudo, tal prática não está prevista no regimento e, atualmente, depende da indicação da Secretaria, não sendo obrigatória. Também foi abordada a questão da definição de conselheiros titulares e suplentes. A gestão atual tem encaminhado indicações formais definindo essas funções, prática que está sendo acatada, embora o regimento não trate de forma clara sobre a substituição automática do suplente pelo titular. Foi ressaltada a importância de atualização do regimento para melhor regulamentação dessas situações. Por fim, A Presidente Carolline pede para que seja definido entre manter o modelo anterior, com participação mais ampla, inclusive de suplentes, ou restringir a composição às cadeiras de titulares,

com suplentes atuando apenas em casos de ausência. A Conselheira Ana Lucia Esclarece que a questão de definição das pessoas da SEMED dentro do Conselho, foi a Secretária Ema que organizou na época, e como não cobria todos os setores ela poderia alternar. Inclusive a Dra. Patricia achou bem interessante essa forma. Em relação à definição de titulares e suplentes, quando há indicação formal, cabe à entidade indicar quem será titular e quem será suplente, devendo essa decisão ser respeitada pelo Conselho. Nos casos em que não há indicação específica, pode ocorrer a substituição automática do suplente pelo titular. Já em situações de eleição, essa substituição é automática por regra. Sobre a participação nas câmaras e nas votações, a Conselheira Ana Lucia coloca que o suplente pode participar das reuniões e discussões normalmente, Contudo, o direito a voto é exclusivo do titular, sendo exercido pelo suplente apenas na ausência do titular, essa regra está prevista no regimento do Conselho. Ressaltou-se ainda que, embora a participação do suplente seja considerada importante para o acompanhamento dos trabalhos, ela não é obrigatória. Historicamente, os suplentes sempre puderam participar das reuniões de câmara para se manterem informados e preparados para eventual substituição. A Presidente Carolline afirma que não lembra dessa separação de votos, já participou antes das reuniões de Câmaras e não lembra dessa separação. A Conselheira Ana Lucia afirma que sempre foi assim, é só o titular que vota, inclusive se fizer uma consulta, a PGM vai dizer, porque isso está na lei. A Presidente Carolline coloca que a PGM também falou que o suplente não precisa estar se o titular está presente, foi esse o pedido de consulta do CMDCA à PGM, devido a cobrança das faltas. A Conselheira Ana Lucia explica que sempre foi à PGM acompanhada ou pelo Luiz ou pela Raquel e a Dra. Patricia colocou que o suplente tem que tomar cuidado quando ele não justifica e não seguir a mesma contagem que faz com o titular, porque o suplente irá suprir as ausências. Dando seguimento a pauta a Presidente Carolline apresenta a composição atual da Câmara de Educação Infantil, com os conselheiros já participantes e reforça que é necessário que os conselheiros que optarem por integrar a câmara estejam comprometidos com a assiduidade e organização para comparecimento às reuniões. A Conselheira Isabela pede para entrar na Câmara da educação Infantil. A Conselheira Lucinéia coloca que se só serão contabilizados os votos dos titulares, então o quórum também teria que ser contabilizados os titulares presentes. A Presidente Carolline coloca que como não há nada no regimento o Conselho pode tratar como casos omissos estabelecendo critérios e orientações para o funcionamento das câmaras. A Conselheira Ana Lucia coloca que ela contava o quórum pelo número mínimo que são cinco, então contava cinco também para o quórum. A Presidente Carolline coloca que no regimento diz que são cinco para a composição, então ela estaria indo contra o regimento e se alguém reclama da sua decisão. A Conselheira Ana Lucia diz que nunca foi decisão dela sozinha, tudo foi colocado na reunião do Conselho. A Presidente Carolline coloca que é isso que está tentando fazer agora, chegar a uma decisão conjunta quanto às regras de funcionamento das câmaras, seja com base no regimento ou por deliberação do pleno, estabelecer critérios claros e objetivos. A Conselheira Ana Lucia coloca que precisa deixar claro, caso seja o mínimo de cinco, tem que contar o seguimento. A Presidente Carolline coloca que pode ser, mas que fique claro isso para que não cause transtornos, o objetivo é melhorar a organização e dar mais fluidez aos trabalhos, evitando constrangimentos e sobrecarga aos conselheiros. Dando seguimento a pauta a Presidente Carolline faz a leitura dos membros da Câmara do Ensino Fundamental e Especial e pergunta se alguém gostaria de entrar. Ninguém se manifestou. A Presidente coloca que entrará em contato com quem não está presente, para verificar se irão permanecer. Em seguida faz a leitura do membros da Câmara do Ensino superior e pede para que o Fabiano entre no

lugar da Carmen, o Conselheiro Fabiano concorda. Em seguida faz a leitura dos membros da Câmara de Normas e Planejamentos e pergunta se mais alguém gostaria de entrar ou sair dessa Câmara. Ninguém se manifesta. A Conselheira Ana Lucia lembra que 60 dias antes já precisa indicar os novos, é importante fazer a eleição mas queimaria o mandato deles. A Presidente Caroline concorda, que se fizer a eleição para entrada agora, só poderia ficar o finalzinho e já seria reconduzido para mais quatro anos. A Conselheira Ana Paula Rocha, pede para sair da Câmara de Educação Infantil, já que a Isabela entrou. A Presidente Caroline pergunta se alguém quer colocar algo sobre as reuniões de Câmara. A Conselheira Ana Lucia coloca que precisa registrar em ata certinho. A Presidente Caroline lembra que as reuniões são sempre de forma online, visando facilitar a participação dos membros, as convocações são encaminhadas com antecedência, garantindo tempo hábil para organização dos participantes. Quanto à composição, definiu-se que conforme sugestão apresentada, as reuniões poderão ser iniciadas com o número mínimo de cinco membros, mesmo na ausência de outros integrantes, podendo os demais ingressar posteriormente. A proposta foi colocada em votação, não havendo manifestações contrárias ou abstenções. Dando seguimento a pauta a Presidente Caroline coloca sobre a Lei de Sistemas, conforme o ofício nº088/2026 da SEMED, que destaca a necessidade de atualização da Lei nº 632/2004 do Sistema Municipal de Ensino, considerando o prazo de adequação de dois anos previsto no artigo 62 da Lei Complementar de outubro de 2025. Ressaltou-se que a atualização tem como objetivo reafirmar as competências entre os entes federados, bem como esclarecer as atribuições legais e administrativas de cada um. Informou-se ainda que, respeitando as atribuições do Poder Executivo Municipal e do Conselho Municipal de Educação, foi encaminhada minuta de lei elaborada pela equipe técnica da SEMED para análise, emissão de parecer e demais encaminhamentos. A Presidente Caroline coloca que será encaminhado para a Câmara de Normas e Planejamento e acredita que os demais conselheiros que não são da Câmara também poderão participar. A Conselheira Ana Lucia coloca que dá para organizar sim, o prazo é de dois anos, daria para trazer alguém primeiro para falar sobre o Sistema Nacional de Educação, a própria UNCME está fazendo um documento para orientar todos os conselhos, vai ser um estudo bem mais aprofundado, daria para trazer alguém para fazer uma fala para o conselho, porque a gente pensa que é simples, mas não é, a Lei de Sistema anterior é de 2004. A Presidente Caroline coloca que leu a minuta encaminhada pela SEMED, e achou que ficou muito bom, irá encaminhar por e-mail para os Conselheiros já irem se apropriando, também irá buscar juntamente com a conselheira Ana, para viabilizar a participação de alguém que possa contribuir com a formação do Conselho. Seguindo para a próxima pauta, a Presidente Caroline propõe adiar a eleição do conselho, no seguimento de pais e Ensino superior, conforme sugerido pela conselheira Ana Lucia, registrando formalmente essa decisão. A ideia é não realizar a eleição agora, mas aguardar para formar um novo conselho completo, garantindo o direito ao mandato integral de quatro anos aos futuros membros. Foi explicado que quem entra no meio do mandato acaba perdendo parte do tempo e não consegue cumprir os ciclos completos (podendo chegar a oito anos com recondução). Por isso, a proposta de esperar é vista como mais justa. Enquanto isso, o conselho atual será mantido, mas com a necessidade de maior comprometimento de alguns membros, especialmente pela ausência de suplentes, até que seja realizada a nova eleição e reorganização do conselho. Ninguém se opõe a sugestão dada. Na sequência da reunião a Presidente Caroline apresenta o pedido da Escola Patio Educar, que solicitou alteração do sábado letivo em seu calendário de 30/05 para 29/08. A Presidente Caroline comenta que participou de uma reunião da Divisão de Estrutura com representantes de escolas particulares, onde

reforçou que não é permitido alterar o calendário escolar por conta própria, sendo necessária a aprovação do Conselho. Isso foi destacado devido a situações anteriores em que houve mudanças irregulares, como encerramento antecipado do ano letivo e descumprimento de dias letivos, então fez essa orientação para as unidades particulares e essa Escola entendeu e já solicitou a alteração. A Presidente pergunta se alguém se opõe ao pedido de alteração do sábado letivo da unidade Pátio Educar. Ninguém se manifestou contra. Dando sequência a pauta das correspondências, a Presidente Carolline coloca que foi enviado mais um ofício solicitando o google meet, dessa vez para o gabinete da Prefeita, porém o gabinete sempre encaminha para a Secretaria, a SEMED respondeu que no momento não é possível atender o pedido apresentado, contudo a demanda será devidamente considerada e incluída no Planejamento da Secretaria. A Presidente informa que ficou sabendo que há um processo de licitação para a aquisição do google meet, desde o ano passado, então irá aguardar e caso não haja avanço, irá buscar uma nova tratativa junto com a Secretaria de Inovação. Dando seguindo a Presidente coloca que conforme solicitado, foi encaminhado um ofício para a SEMED, relatando a falta recorrente de materiais de higiene e limpeza no CMEI Ipê Amarelo, situação apresentada pelo conselho da unidade e pela APM. O documento destaca que o problema decorre de dificuldades logísticas e da ausência de registro de compras, resultando em entregas insuficientes e fragmentadas, comprometendo o funcionamento da instituição. Também foi registrada a insatisfação de diretores quanto ao uso de recursos do programa PDDE para suprir essas necessidades, entendendo-se que tais itens deveriam ser fornecidos pela mantenedora. No ofício, o Conselho solicita esclarecimentos sobre a abrangência do problema, as medidas adotadas para regularização e a possibilidade de implantação de um modelo de autogestão. Por fim, foi informado que o ofício foi enviado em 6 de abril, conforme solicitado pelo Conselho, porém ainda não houve resposta. O próximo ofício enviado para SEMED, em 14 de abril, solicitando o encaminhamento das portarias de escolha de turmas para análise do Conselho, conforme discutido anteriormente. Foi estabelecido como prazo o mês de junho, sem data específica, considerando a demanda da SEMED com outros documentos. A solicitação tem como objetivo garantir maior transparência no processo, possibilitar análise prévia pelo Conselho e permitir que os professores tenham acesso antecipado às informações, favorecendo sua organização e participação. Destaca-se que ainda não houve retorno, mas é esperado que o envio ocorra dentro do primeiro semestre, facilitando a organização dos trabalhos. O último ofício enviado foi solicitando novamente uma impressora colorida para o Conselho, demanda que já vinha sendo tratada desde gestões anteriores, mas sem sucesso devido a problemas de funcionamento e falta de insumos. Diante da nova contratação, foi encaminhado ofício reforçando o pedido, destacando a necessidade do equipamento para impressão de documentos, especialmente calendários escolares, fundamentais para análise e homologação. A Conselheira Maristela questiona sobre a verba do Conselho, se o Conselho não teria uma verba que poderia ser usada. A Presidente Carolline explica que há um recurso de 50 mil reais disponível para os três conselhos, mas esse valor não pode ser usado diretamente com autonomia. Para qualquer aquisição, é necessário que a prefeitura realize a compra por meio de licitação. A Conselheira Maristela pergunta como está sendo gerido essa verba?. A Presidente Carolline coloca que o custo para manter o conselho é superior a 50 mil reais, considerando despesas como aluguel e estrutura, quem mantém o funcionamento básico do conselho é a própria gestão (SEMED), garantindo itens e estrutura necessários, mesmo que o valor ultrapasse os 50 mil disponíveis. Embora o valor exista, ele não garante liberdade de uso, a solução seria a criação de um fundo próprio, que permitiria ao conselho ter autonomia financeira. A

Conselheira Maristela pergunta para que está sendo usado os 50 mil?. O Conselheiro Rodrigo explica que atualmente, os 50 mil anuais são usados principalmente para despesas de viagem (passagens, hospedagem etc.), enquanto os demais custos do conselho, como o aluguel (cerca de 30 mil por ano) e manutenção, são cobertos pela SEMED. Assim, o recurso disponível não é suficiente para todas as despesas e acaba sendo direcionado quase exclusivamente para viagens. A Conselheira Maristela compreende, mas comenta que achava que essa verba seria igual ao PDDE. O Conselheiro Rodrigo coloca que, diferente das escolas (que podem comprar com três orçamentos via PDDE), o conselho só pode realizar compras por meio de licitação. A modalidade de compra direta, que seria para casos emergenciais, foi muito utilizada anteriormente e agora está restrita, dificultando aquisições simples — como toner colorido — quando não há licitação disponível para isso. A Conselheira Ana Lucia destaca a importância de estudar a lei nacional, pois ela prevê que os conselhos tenham autonomia financeira e recursos próprios, o que permitiria atender necessidades específicas com mais agilidade. Passando para a próxima pauta, a Presidente Caroline coloca que a divisão de estrutura faz todo ano a conferência das matrículas das escolas privadas na Educação Infantil e foi identificada uma irregularidade de matrícula em uma escola privada (Bom Jesus), onde duas crianças estão em turma incompatível com a idade. A situação já foi analisada pela divisão responsável e foi solicitado ao Bom Jesus a regularização, o Colégio Bom Jesus já colocou o seu Parecer e a Divisão de Estrutura encaminhou para o Conselho, já com o Parecer do Departamento de Educação Infantil. Será encaminhado a Câmara de Normas e Planejamento, para estudo e emissão de parecer que definirá como resolver o caso. Nada mais havendo para tratar, a Presidente Caroline relembra sobre a palestra do dia 15 de maio e pede apoio para divulgação e mobilização de participantes. Também coloca sobre o VIII Fórum dos Presidentes que será realizado no final do mês em Penedo – AL, como nem ela nem a vice Presidente poderão ir, será indicado o Secretário Rodrigo para representar o Conselho, caso a SEMED libere. A Conselheira Ana Lucia coloca que no final de junho e início de julho, vai ser o Encontro Regional da UNCME Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, aqui em São José dos Pinhais, já está sendo organizado, mas ainda não tem o local definido. A Presidente Caroline agradece a participação de todos e encerra a reunião.

A Presidente agradece a presença de todos e encerra a reunião. Eu, Valdinéia Santos de Lima, Secretária Executiva do Conselho, lavrei a presente ata, que depois de aprovada será assinada pela Presidente e pelo Secretário Geral do CME.

Presidente do Conselho Municipal de Educação



Documento assinado digitalmente

CAROLINE PEREIRA DE ARAUJO MAIA

Data: 08/06/2026 10:54:41-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Secretário(a) Geral do Conselho Municipal de Educação



Documento assinado digitalmente

RODRIGO CRISTIANO DE OLIVEIRA

Data: 08/06/2026 10:13:29-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>